

Economia, estrutura de posse e reprodução natural escrava em uma vila oitocentista. Piranga, Minas Gerais, Brasil (1850-1888)

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva¹

Introdução

Este artigo expõe algumas discussões e resultados decorrentes de nossa pesquisa de mestrado. Circunscrito à região da Vila de Piranga, província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, nosso artigo tem como foco precípua de análise os escravos da localidade. Desta forma, nos aprofundamos no exame das características demográficas da população cativa a partir de fontes passíveis de quantificação. Tudo isto permeado pela discussão das particularidades da econômica mineira oitocentista e análise de suas peculiaridades locais.

Nossa principal fonte são os inventários *post-mortem*. Ao todo, são 218 documentos pesquisados, para o período que vai de 1850 a 1888. Arquivados na Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo do Fórum de Piranga, estes autos apresentaram 2270 escravos inventariados. Para uma análise comparativa da população ao longo do século XIX, conjugamos os resultados do nosso banco de dados com os números provenientes da Lista Nominativa de 1831/32 e do Recenseamento Imperial de 1872.

A região do vale do rio Piranga ainda é pouco conhecida e estudada pela historiografia sobre as Minas Gerais. Na reprodução parcial de um mapa do século XIX (Mapa 1), podemos situar a localidade no interior da província. Localizada ao sul da cidade de Mariana e oeste da antiga vila de Queluz, bem ao centro do mapa é possível visualizar a vila de Piranga (antiga freguesia de Guarapiranga), que é banhada pelo rio de mesmo nome.

As notícias sobre a ocupação de Guarapiranga remontam a fins do século XVII. No *Códice Costa Matoso* encontra-se uma carta, datada de 10/12/1750, na qual Luís José Ferreira Gouveia informa as diversas etapas da ocupação das imediações do rio. A primeira notícia é a de que no ano de 1691 uma bandeira de paulistas chegou ao rio de Guarapiranga e que estes “se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra”. O autor da carta informa a existência de algumas outras bandeiras que se fixaram na beira dos córregos locais e nos descreve a origem do nome do rio: “E como

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), sob orientação do Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho. Linha de Pesquisa: Poder e Relações Sociais. E-mail: guilnascimento@yahoo.com.br.

naquele tempo havia muito pássaro vermelho no rio, e pequenos, intitularam ao rio Guarapiranga, que é o que quer dizer este nome (guará, *vermelho*, piranga, *pequeno*), e lhe ficou o nome a este distrito dos ditos pássaros” (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 257).

Mapa 1
Piranga e região circunvizinha no século XIX



Fonte: Reprodução parcial de *Karte der brasilianⁿ provin^z Minas Geraes*, mapa elaborado por Henrique Halfeld e Frederico Wagner no período de 1836-1855. HALFELD, H.G.F. e TSCHUDI, J.J. von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Em 1695, foi construída a primeira capela da localidade, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, que se tornaria a padroeira da cidade. Waldemar Barbosa nos informa que o arraial foi elevado à categoria de freguesia em 1724. Guarapiranga manteve-se como freguesia por mais de um século até que, em abril de 1841, foi criada a vila de Piranga. Posteriormente, em 1870, a vila foi elevada à categoria de cidade (BARBOSA, 1995: 254).

Como discutiremos à frente, na década de 1980 houve uma virada historiográfica na qual novas interpretações, pautadas em ampla base documental e novas metodologias,

questionaram a teoria tradicional sobre a economia mineira, que propalava sua decadência com o fim do ciclo minerador.² Pelo contrário, as pesquisas mostraram que província se encontrava em uma nova fase produtiva, direcionada à agropecuária e desenvolvendo um dinâmico mercado interno. Desta forma, no século XIX, Minas Gerais está economicamente inserida no processo que Douglas Libby denomina de *acomodação evolutiva*. A província mineira não estaria em um processo de involução econômica, mas sim em “uma lenta e firme acomodação às crises através do crescimento do setor agrícola, marcada pelo tempero de certos ensaios industrializantes” (LIBBY, 1988: 96). As crises a que o autor se refere são a decadência da mineração, por um lado, e o lento processo de desmoronamento do sistema escravista, por outro. Neste processo, a base econômica que emergiu caracterizou-se principalmente pela diversificação produtiva, com ênfase na agricultura de subsistência com recorrência aos mercados internos, sendo, sem dúvida, o grande sustentáculo da estrutura escravista provincial.

Atualmente uma rica produção historiográfica trabalha várias nuances da economia mineira oitocentista, demonstrando sua ampla e diversificada produção agrícola, o dinamismo do seu mercado interno, além da grande força do sistema escravista na província. Piranga, área mineradora no século XVIII, mas desde as origens comportando uma relevante produção agrícola, está inserida neste contexto.

A regionalização da terra dos pássaros vermelhos: uma proposta para o estudo da população

A definição da região a ser estudada é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Graça Filho chama a atenção para o fato de que “é possível e necessário problematizar esse recorte fundado na burocracia de um Estado, e assim, justificar uma delimitação espacial mais coerente para seu objeto de estudo” (GRAÇA FILHO, 2009: 9). Desta forma, nenhuma delimitação espacial deve se impor de forma natural ao historiador. Uma análise pormenorizada de fontes diversas se faz necessária para que possamos definir com mais precisão os próprios limites administrativos da localidade no decorrer do Oitocentos. Como nos alerta Graça Filho, em Minas Gerais “a extrema maleabilidade desta política administrativa, [...] gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um

² Estas interpretações da decadência econômica mineira se pautavam, entre outros, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JUNIOR, 1989).

constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas” (GRAÇA FILHO, 2002: 31).

Primeiramente, devemos pensar a questão da regionalização da província, de modo a inserir o estudo da localidade no seio das tentativas de entendimento de Minas Gerais a partir de sua divisão em regiões com características singulares. Clotilde Paiva e Marcelo Godoy partiram em busca de uma divisão da província mais condizente com as realidades regionais do Oitocentos. Neste sentido, foi proposta pelos autores uma divisão das Minas em 18 regiões, tendo como base, preponderantemente, suas características econômicas, mas levando em conta também os seus aspectos físicos, demográficos, administrativos e históricos. Destarte, a freguesia de Guarapiranga, segundo estes autores, está inserida na região Mineradora Central Oeste (PAIVA & GODOY, 2010).

Godoy e Cunha conferem a esta região uma identidade proveniente da mineração aurífera, sendo que seus limites foram definidos principalmente em relação a esta atividade econômica. Sabemos que, apesar de possuir atividade mineradora no século XVIII, a freguesia se dedicou majoritariamente à atividade agrícola no século seguinte, de modo que a mineração estava quase extinta já nas primeiras décadas do Oitocentos. Entretanto, os autores levam estas particularidades intra-regionais em consideração dizendo que algumas porções da região apresentavam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, visto que “estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram atividades centrais” (CUNHA & GODOY, 2003).

Segundo Douglas Libby, a freguesia pertence à Zona da Mata. Em sua descrição sobre a referida região, Libby põe em evidência sua economia cafeicultora, argumentando que a produção do café, no século em foco, transformou a economia da região na mais dinâmica da província (LIBBY, 1988: 43). Temos consciência que esta não é a realidade para a freguesia em questão e que a mesma não se caracterizava como um setor agroexportador, mas sim como uma localidade com produção agrícola predominantemente voltada ao autoconsumo e ao abastecimento do mercado interno.

Angelo Carrara, ao discorrer sobre a ocupação territorial da Zona da Mata norte, cita o vale do rio Piranga como um dos alvos desta ocupação, ocorrida nas primeiras décadas do século XVIII. Assim sendo, percebemos que, para o autor, a freguesia de Guarapiranga se localizava na divisa entre duas regiões, a Mineradora Central e a Mata norte. A porção norte da Zona da Mata, região de fronteira e expansão agrária no XVIII, além de se identificar com

a exploração aurífera, se caracterizou no século seguinte pela agricultura de subsistência, investindo também na cultura mercantil da cana-de-açúcar (CARRARA, 1999: 13-15).

O que pretendemos mostrar, nestas breves considerações, é que a definição da região é complexa, repleta de imprecisões. Acreditamos que, pelas características apresentadas por Carrara e Patrício Carneiro, parece apropriado considerar que no século XIX – principalmente em sua segunda metade – a região seja considerada como pertencente à Zona da Mata e não à Mineradora Central Oeste. Mas é necessário, como nos lembra Carneiro, relativizar a compreensão que temos sobre a Zona da Mata, e não tomar estudos que focalizam sua porção sul, como passíveis de generalização para toda a região (CARNEIRO, 2008: 2).

Para que possamos estudar Piranga no decorrer do século XIX se faz necessário sabermos claramente a situação dos distritos que compuseram a região. Desta forma, não haverá perigo de incorreremos no erro de analisarmos distritos que deixaram de fazer parte da localidade no decorrer do tempo, evitando, deste modo, análises comparativas que não condizem com a realidade estudada. Com a intenção de circunscrevermos a região pesquisada, tomamos como ponto de partida os inventários *post-mortem* pesquisados, nos quais estão presentes as localidades abrangidas pelo Juizado de Órfãos de Piranga, que ultrapassam sua divisão meramente administrativa. Assim sendo, propomos uma delimitação regional que parta da abrangência da justiça local, o que, a nosso ver, não deixa de refletir uma situação socioeconômica, que tomava Piranga como centro de convergência regional.

Como iremos trabalhar com duas contagens populacionais, tentamos adaptá-las da melhor maneira possível à dinâmica territorial regional sugerida a partir da análise da documentação. Método que os demógrafos denominam *áreas mínimas comparáveis*, que nas palavras de Eustáquio José Reis, “não se referem, portanto, a uma divisão política ou administrativa, mas simplesmente à área agregada do menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes.” (REIS, 2011: 5). Ao trabalhar com dados seriais e comparações temporais, o historiador que se aferra a uma delimitação regional, que o poder administrativo pode alterar, corre o risco de cair em armadilhas, como a de uma falsa variação populacional dentro de sua área de estudo, ocasionada pelas adições e supressões de distritos.

O século da cana: economia mineira e piranguense no Oitocentos

Os estudos historiográficos relativos à província de Minas Gerais no século XIX há vários anos colocaram por terra a teoria segundo a qual a economia mineira entrou em decadência após o fim do ciclo minerador. Como ponto de partida deste novo quadro interpretativo, a discussão acerca da economia escravista mineira oitocentista sofre uma grande reformulação a partir do trabalho de Roberto Borges Martins. O autor destacou que a região não se caracterizou como fornecedora de mão de obra escrava para áreas de domínio da grande lavoura exportadora através do tráfico interprovincial, contestando esta visão ao fornecer dados sobre o vigoroso crescimento da população escrava mineira no decorrer daquela centúria. Possuindo a maior população escrava do Império, Minas Gerais se manteve fortemente apegada ao regime escravista até seu último suspiro (MARTINS, 1983).

Prosseguindo com seu estudo, o autor nos traz outro argumento importantíssimo, ao desvincular o trabalho escravo da agroexportação, afirmando que o núcleo da economia mineira não era composto por *plantations*, nem era orientado para o mercado internacional. Mesmo assim, Minas possuía o maior plantel escravo do Império, sendo suas características principais o isolamento de mercados externos à província, diversificação produtiva e auto-suficiência (MARTINS, 1983).

Os estudos de Douglas Libby e Robert Slenes seguiram a vertente revisionista da economia mineira, cada um a seu modo. O primeiro autor chama a atenção para a importância do mercado interno no dinamismo econômico da província, baseado em atividades agrícolas, mineradoras e proto-industriais. Libby argumenta que a *agricultura mercantil de subsistência* seria o sustentáculo da economia mineira no decorrer do século XIX, e que foi o trabalho escravo que possibilitou a manutenção desta economia, sendo que os agricultores sem escravos participavam apenas ocasionalmente da mesma. Para o autor, a produção de alimentos básicos destinados tanto ao autoconsumo quanto ao mercado interno, intra e interprovincial, é o que define a chamada *agricultura mercantil de subsistência*. Além disso, Libby ressalta a crescente importância de atividades de transformação para a economia provincial, como as manufaturas de fios e panos e o surgimento de verdadeiras indústrias de ouro e tecidos (LIBBY, 1988).

Por outro lado, Slenes, em debate com as teses de Martins, argumenta que a província de Minas Gerais conseguiu importar e manter tantos escravos justamente porque havia um dinâmico setor exportador, que criava o mercado interno e determinava como os cativos

seriam empregados. Para este autor, são dois os fatores que determinaram o apego à escravidão em Minas, expressão tão cara a Martins: a força do setor de exportação da província e o alto custo de transporte de mercadorias do litoral, estimulando a produção interna. Com estes argumentos, Slenes relativiza a visão de uma economia não-exportadora proposta por Martins, demonstrando que seria difícil custear as grandes importações de escravos em uma economia pouco mercantilizada (SLENES, 1988).

Esta nova visão sobre a província descortinou aspectos da história mineira que não eram antes considerados, contribuindo para que novos estudos fossem produzidos, sobretudo a partir do viés metodológico da história quantitativa. Estes estudos se ampararam em fontes como as listas nominativas, os registros paroquiais e os inventários *post-mortem*, e enfocaram as atividades econômicas, a estrutura da posse de escravos e a história social e da família.

Pelos indícios encontrados, a região de Piranga estava em pleno desenvolvimento no decorrer do Oitocentos, reforçando a historiografia discutida, que aponta uma economia dinâmica nas Minas, desvinculada em certo grau dos setores agroexportadores, com ampla e variada produção de gêneros alimentícios, enquadrando-se na chamada *agricultura mercantil de alimentos*.³

Entre os tipos de atividade econômica da freguesia de Guarapiranga, a produção agrícola foi atividade primordial. Dentre estas atividades, o cultivo da cana de açúcar e a produção de seus derivados – açúcar, aguardente e rapadura – era predominante (LEMOS, 2012: 42). Marcelo Godoy, discorrendo sobre a produção canavieira de Minas Gerais, nos informa que

O açúcar, a rapadura e a aguardente eram fabricados preferencialmente para atender às próprias necessidades da fazenda mineira. Em geral, os excedentes eventuais ou não programados eram comercializados localmente. Mesmo quando a direção, de ao menos parte da produção, não era o auto-consumo, tendia a alcançar apenas mercados vicinais. A exceção ficava por conta das unidades semi-especializadas, que supriam os mercados urbanos maiores ou arriscavam-se nas exportações para o exterior da Província (GODOY, 2001: 356).

Acreditamos que os agricultores de cana de Piranga também se adequavam a esta realidade na segunda metade do século XIX. Por conseguinte, a produção canavieira da região

³ O conceito de *agricultura mercantil de subsistência* carrega uma contradição fundamental em sua própria terminologia, ao propor um sistema agrário que seria ao mesmo tempo de subsistência e mercantil (MENESES, 2000). O que de maneira alguma faz com que o conceito perca sua força interpretativa. Embora o conceito esteja enraizado na historiografia, não o utilizamos, de modo que substituímos o termo “subsistência” por “alimentos”. Esta simples modificação apenas deixa o conceito mais coerente, mas preservando o mesmo sentido.

é seguida de um grande cultivo de milho. Eram principalmente as produções destas duas culturas agrícolas que se direcionavam aos mercados intraprovinciais.

Além destas culturas, advindas principalmente de fazendas de maior porte, havia também uma produção diversificada de alimentos, como o feijão, a mandioca e o arroz, destinada principalmente ao autoconsumo e à manutenção das escravarias. Estes alimentos eram amplamente produzidos pelas pequenas unidades agrícolas (LEMOS, 2009).

Foi uma sociedade com este perfil econômico que sustentou a considerável população escrava mineira, que trabalhava principalmente em pequenas unidades produtoras, configurando um perfil *democrático* de posse de escravos, segundo a interpretação de Libby. Este autor afirma que

O grau de mercantilização dos excedentes da agricultura de subsistência não é fácil de ser precisado, mas [...] a comercialização de parte da produção parece ter permitido a manutenção de contingentes mancipios relativamente maiores em algumas regiões mineiras, embora esse comércio não tendesse a se expandir (LIBBY, 1988: 123).

Este parece ter sido precisamente o caso da nossa região de pesquisa, que, como mostraremos, possuía uma escravaria nos padrões médios da província. Assim sendo, mesmo que maior parte da população livre não fosse proprietária de escravos, esta escravaria se dispersava em uma ampla base social, revelando o forte enraizamento do sistema na província.

Dispersão “democrática” do apego à escravidão

Em busca de um melhor entendimento da economia local, sua estrutura produtiva e também da dinâmica demográfica dos escravos, é essencial analisarmos de que maneira as escravarias estavam dispersas socialmente. Valendo-nos da expressão trabalhada por Libby, faremos aqui considerações acerca do padrão “democrático” de posse de escravos na Minas oitocentista. Democrático em dois sentidos: em relação aos padrões de distribuição dos escravos pelas propriedades e também no que se refere à composição social destes proprietários (LIBBY, 1988: 73).

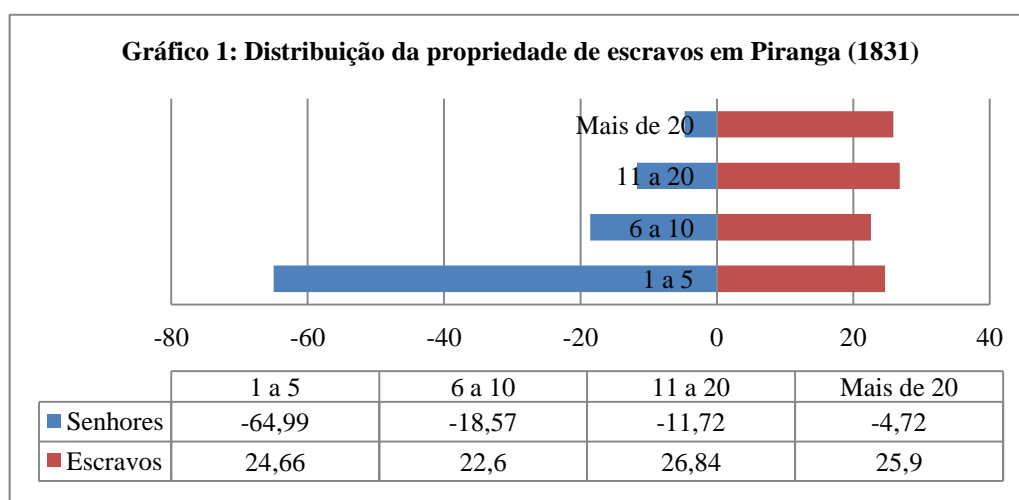
Neste tópico, trabalharemos a estrutura de posse das escravarias piranguenses a partir de duas fontes e momentos distintos. Primeiramente, analisaremos os dados provenientes da Lista Nominativa de 1831/32, fonte a partir da qual teremos uma visão global da disseminação da propriedade escrava na região. Em seguida, vamos discutir a estrutura de

posse a partir dos inventários, no decorrer dos últimos quarenta anos do sistema no Brasil. Com base nestas duas fontes, pretendemos apontar como o desenvolvimento da posse de escravos na centúria está estritamente relacionado à economia regional.

Primeiramente, devemos deixar claro que a distribuição “democrática” de escravos na província é uma interpretação relativa e está ligada aos argumentos expostos acima. Dizemos isto porque, ao analisarmos a Lista Nominativa, não encontramos escravos em 64,8% dos 1866 *fogos* piranguenses. Mas esta é uma constante nas pesquisas sobre a distribuição dos escravos por domicílios em Minas (LIBBY, 1988: 97).

Outro mito que os estudos sobre estes padrões desconstruiu diz respeito à predominância das grandes posses. Nas mais diversas regiões e períodos da história do escravismo no Brasil, demonstrou-se a forte presença das pequenas propriedades de cativos (MOTTA, 1999). Em Piranga não foi diferente. Numa sociedade com o perfil produtivo descrito acima, encontramos a grande maioria dos senhores possuindo, no máximo, dez escravos. Nada menos do que 83,57% dos senhores estavam inseridos neste grupo.

Observando o Gráfico 1 temos uma melhor visualização da distribuição de posse em Piranga. Impressionantes 65% dos proprietários tinham até cinco escravos, enquanto que apenas 4,7% possuíam mais de vinte. São dados como estes que reforçam a caracterização de Minas como “democrática” quanto aos padrões de distribuição de cativos. Por outro lado, tendo em vista estas quatro faixas de posse, devemos ressaltar a diferença na relação de escravos por proprietário. A média nas maiores posses é de 34 escravos por senhor, enquanto que nas pequenas esta média cai para cerca de dois escravos por senhor.



Fonte: Lista Nominativa de 1831/32

Deslocando-nos para a segunda metade do século, temos uma visão da dispersão da propriedade escrava pelo viés de uma documentação passível de quantificação. Temos a consciência de que se trata de uma amostra, de forma que não devemos tirar conclusões definitivas sobre o tema para o período. Com a quantificação dos escravos presentes nos inventários, podemos ter uma ideia dos padrões de posse em Piranga nas derradeiras décadas do escravismo.

Analisando a Tabela 1, notamos primeiramente que as pequenas posses diminuíram percentualmente em relação à situação encontrada em 1831. Excetuando-se a década de 1880, momento de desestruturação do sistema (e conseqüentemente mais propício ao desaparecimento de posses grandes), percebemos que os senhores que possuíam até dez escravos não eram tão preponderantes em relação às outras duas faixas de posse.

As médias posses, nas décadas de 1850-1860, tiveram presença marcante na localidade, tanto no que diz respeito ao número de senhores, quanto à porcentagem de escravos que possuíam, levando-nos a crer que eram as fazendas com estas posses as que mais contribuíam para a economia mercantil local. Uma gradativa diminuição dos números nas duas últimas décadas analisadas nos indica que o processo de abolição já afetava a economia baseada no elemento escravo.

Tabela 1: Estrutura de posse de escravos em Piranga, 1850-1888												
	1 a 10				11 a 20				Mais de 20			
	Srs.	%	Escr.	%	Srs.	%	Escr.	%	Srs.	%	Escr.	%
1850-59	48	63,16	237	31,39	21	27,63	302	40,00	7	9,21	216	28,61
1860-69	38	58,46	182	26,15	18	27,69	257	36,93	9	13,85	257	36,93
1870-79	25	54,35	119	19,48	9	19,57	114	18,66	12	26,09	378	61,87
1880-88	26	83,87	107	51,44	4	12,90	65	31,25	1	3,23	36	17,31
Total	137	62,84	645	28,41	52	23,85	738	32,51	29	13,30	887	39,07

Fonte: Arquivo do Fórum de Piranga (AFP)/Arquivo Casa Setecentista de Mariana (ACSM), Inventários *post-mortem*.

Em sua maioria nas mãos dos produtores canavieiros, as grandes posses (senhores com mais de vinte escravos) nos trazem intrigantes questionamentos. Nas três primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos, as grandes escravarias aumentam exponencialmente, para terem uma brusca queda nos derradeiros anos. O ápice acontece na década de 1870, quando 26% dos senhores possuem quase 62% de todos os escravos da localidade. Ainda não possuímos conclusões sobre estes resultados. Mas duas hipóteses são possíveis: estas escravarias podem ter crescido ao absorverem escravos provenientes das menores posses, ou processos de reprodução natural podem ter contribuído para este crescimento.

Não descartamos nenhuma das hipóteses, mas como mostraremos a frente, temos fortes indícios de que houve crescimento natural positivo da população escrava piranguense nestas décadas. As duas tendências devem ter contribuído, pois o sistema escravista estava em pleno desmoronamento e os senhores que não tinham mais condições de manterem seus escravos tinham duas alternativas principais: venda ou libertação. E temos a consciência de que a prática do tráfico interno de escravos foi amplamente acionada neste período.

Destarte, pretendíamos mostrar com esta breve análise o forte enraizamento do escravismo na localidade, que permeou todo o século XIX, reforçando os argumentos de que Piranga possuía uma economia mercantil dinâmica. Pois, de outra forma, a região não conseguiria manter por tanto tempo uma população cativa tão ativa e diversificada.

Africanos, crioulos, pardos, cabras: um olhar demográfico sobre os cativos

Analisar as características das populações é de extrema importância para o estudo da história social e da família. Como explanado anteriormente, fizemos algumas alterações nas duas contagens da população piranguense, de forma a abarcar uma realidade demográfica mais condizente com a dinâmica territorial da região. Na tabela 2, estão expostos os números dos habitantes de Piranga em dois momentos, depois das alterações feitas.

Ano	Livre	%	Escrava	%	Total
1831	8305	67,01	4088	32,99	12393
1872	30478	82,84	6313	17,16	36791

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32; Recenseamento Geral do Império de 1872

Ao analisarmos as tabelas 2 e 3, percebemos que a população escrava de Piranga, no ano de 1831, se inseria nos padrões médios das regiões expostas, tendo praticamente o mesmo percentual de escravos da província e também da região Mineradora Central-Oeste. Apenas a Zona da Mata tem cerca de 3% a mais de escravos que as outras regiões. Estes dados demonstram que a freguesia estava inserida no sistema escravista de forma ativa.

Região	Livre	%	Escrava	%	Total
Zona da Mata*	8819	63,23	5129	36,77	13948
Mineradora Central-Oeste**	85.246	66,62	42.722	33,38	127.968
Minas Gerais**	275.988	66,83	136.989	33,17	412.977

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32. *Números extraídos da amostra regional feita por Douglas Libby (LIBBY, 1988: 367).

** Dados coletados do site: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>.

Notamos, ao analisar a Tabela 4, que a escravaria de Piranga em 1872 ficou 1% abaixo da média mineira. Em relação à região em que estava inserida, Zona da Mata, a diferença foi grande, cerca de 8% menos. Esta variação significativa para sua própria região se deve ao amplo dinamismo econômico do vale do rio Paraíba na segunda metade do XIX, região produtora em larga escala de café para exportação (FREIRE, 2009).

Tabela 4: População por região e condição – Censo 1872

Região	Livre	%	Escrava	%	Total
Zona da Mata*	279.206	74,70	94.559	25,30	373.765
Minas Gerais**	1.669.276	81,84	370.459	18,16	2.039.735

Fontes: * (LIBBY, 1988: 367). **Recenseamento Geral do Império de 1872.

Percebemos um crescimento significativo da população tanto livre quanto escrava da localidade no decorrer dos quarenta anos que separam as contagens analisadas. Como vemos na Tabela 2, os livres e libertos tiveram um enorme aumento, passando de 8305 para 30478 pessoas. É provável que o rápido crescimento da população livre se deveu, em ampla medida, ao grande número de alforrias, somado a taxas positivas de crescimento natural. Como as mulheres foram mais suscetíveis às manumissões no Brasil, é de se supor que a capacidade de reprodução natural dos livres e libertos *de cor* tenha aumentado, em detrimento da dos cativos (LUNA & KLEIN, 2010: 271-314; FARIA, 2004: 111).

De 1831 a 1872, os escravos passaram de 4088 para 6313 (Tabela 2), um aumento de 35,24%. Para uma região à margem do setor agroexportador da Zona da Mata, não era fácil manter as escravarias após o fim do tráfico atlântico de escravos. Se comparado com áreas de *plantation*, este crescimento em Piranga é quase irrisório. Mas justamente por se tratar de uma *economia mercantil de alimentos*, é que podemos perceber o apego à escravidão dos agricultores da localidade. Acreditamos, também, que o crescimento vegetativo teve grande importância na manutenção das escravarias piranguenses.

Desproporção entre os sexos, baixa expectativa de vida, altos índices de mortalidade infantil e uma grande taxa de alforrias eram os principais fatores de diminuição das escravarias oitocentistas. Por outro lado, o tráfico transatlântico vigente até 1850 e o subsequente tráfico interno eram os principais provedores de escravos das lavouras brasileiras. O crescimento via reprodução natural ainda gera calorosos debates no meio acadêmico, e o cenário mineiro é um dos seus principais palcos. (CANO & LUNA, 1983; PAIVA & LIBBY, 1995; LIBBY, 2008; LUNA & KLEIN, 2010: 167-202).

Ainda está em aberto um amplo debate acerca dos papéis e dos graus de importância dos dois modos de manutenção do sistema em Minas no século XIX: importação e reprodução natural. Clotilde Paiva e Douglas Libby acreditam na conjugação das duas tendências demográficas para explicarem o fenômeno de Minas como maior província escravista do Império brasileiro (PAIVA & LIBBY, 1995). Em estudo sobre o tráfico negreiro para as Minas Gerais, tendo como base os registros eclesiásticos de batismo, Libby argumenta que a partir de meados da década de 1830 houve uma queda brusca nos batismos de africanos novos, demonstrando uma tendência à consolidação dos padrões de reprodução natural, em um crescente processo de *crioulização* das escravarias (LIBBY, 2008: 471).

Segundo a Lista Nominativa, 37% dos 4088 escravos de Piranga no ano de 1831 procediam do tráfico atlântico. É uma taxa pequena de africanos, se comparada com outras localidades, no mesmo período, dentro e fora da província. Segundo Libby, as décadas de 1810 e 1820 testemunharam um grande aumento no volume do tráfico para a província, segundo os assentos de batismos de adultos africanos. Esta tendência teria uma queda sensível em meados da década de 1830, sugerindo um colapso do tráfico para as Minas, possivelmente em decorrência da consolidação de padrões de reprodução natural, como dito acima (LIBBY, 2008: 471).

A pequena participação de africanos na nossa amostra é significativa. Acreditamos que a tendência à *crioulização* das escravarias, processo sugerido por Libby como inibidor do tráfico em Minas, é anterior à década de 1830 no caso piranguense. Desta forma, a porcentagem de africanos em Piranga, num momento posterior a uma grande entrada de cativos via tráfico na província, indica que os produtores da região não estavam tão dependentes deste comércio para a manutenção das escravarias – que possivelmente se reproduziam naturalmente – precisando recorrer menos intensamente ao mercado para repor a mão de obra necessária ao desenvolvimento da produção.

Piranga possuía uma escravaria africana com índices de masculinidade bem superiores à média geral do tráfico. Há muito já se sabe que eram os traficantes africanos que controlavam as condições de oferta de cativos nos portos. Embora o preço dos escravos homens fosse ligeiramente maior na América, somente isto não explicaria a minoria de mulheres submetidas ao cativo. Na verdade, características peculiares das sociedades africanas influenciaram fortemente este padrão. Desta forma, em razão destas características sociais africanas, a oferta de homens nos mercados de cativos litorâneos era superior. A

preferência de senhores por escravos do sexo masculino parece não ter surtido efeito nos padrões demográficos do tráfico (LUNA & KLEIN, 2010: 176).

Em relação à distribuição etária dos africanos em 1831, nada menos que 76,8% dos 1513 escravos estavam inseridos na categoria dos adultos, considerando a faixa de idade produtiva entre 15 e 44 anos. Isto nos revela outra característica da demografia do tráfico atlântico, que tinha preferência por adultos jovens e evitava o transporte de crianças por possuírem um menor preço de mercado. Esta tendência, somada à grande desproporção entre os sexos e a altos índices de mortalidade, influenciava preponderantemente nas condições de reprodução natural destas populações, resultando, numa perspectiva ampla, em seu declínio natural progressivo (LUNA & KLEIN, 2010: 177-181). Isso implica em aventar a possibilidade de que a região foi capaz de renovar sua mão-de-obra escrava naturalmente.

Avançando algumas décadas e observando o Recenseamento de 1872, se as designações de origem forem condizentes com a realidade, é possível notar o enorme declínio das pessoas de proveniência africana na população escrava de Piranga. Dos 6313 escravos recenseados, apenas 367 foram anotados como africanos. Uma participação de apenas 5,8% do conjunto escravista regional. Neste grupo, a proporção de homens baixou para 65%, em razão das condições expostas anteriormente e também provavelmente em decorrência de uma maior taxa de mortalidade entre eles.

Tendo em conta o que foi argumentado em relação ao tráfico para as Minas Gerais e dos números da década de 1830 apresentados, não é de se espantar que a participação dos africanos mais de vinte anos após a cessação deste comércio seja tão pequena. Nos 218 inventários consultados, entre 1850 e 1888, foram encontrados apenas 296 escravos africanos, 13,03% do total. Apesar de se tratar de uma média de quatro décadas, é enorme a discrepância em relação aos dados aqui apresentados sobre a primeira metade do século. O que fica evidente é a diminuição progressiva do grupo no decorrer das décadas. Pouco menos da metade dos 296 escravos está situada na década de 1850, enquanto apenas seis foram encontrados nos anos derradeiros da escravidão.

Em relação à idade, também é perceptível o declínio de africanos decorrente do fim do tráfico atlântico. A cada decênio o número de idosos aumenta em relação aos adultos. Somente nos anos iniciais da análise os escravos africanos em idade produtiva superam os que tinham 45 anos ou mais. Já na década de 1860, os idosos predominam e a tendência de envelhecimento do grupo se torna visível nos períodos subsequentes.

A extinção do tráfico atlântico somada às possibilidades de crescimento vegetativo da população escrava permitiu que cativos nascidos no Brasil se tornassem cada vez mais numerosos; parcela esta da população que analisaremos a seguir.

Através da análise da documentação, temos a chance de visualizarmos a distribuição dos escravos brasileiros de Piranga entre as principais designações pelas quais eram identificados, em momentos distintos. Apenas três termos são utilizados na Lista Nominativa na designação dos cativos nativos: *crioulo*, *pardo* e *mestiço* (termo que englobava cabras e caboclos). É significativo observar, dentro deste universo amostral, que quase 80% são crioulos e menos de 1% são considerados mestiços. Os pardos têm participação de 19,45%.

Décadas depois, o Censo Imperial de 1872 registra os escravos em apenas duas categorias: *preto* e *pardo*. O registro divide todos os homens e mulheres recenseados em apenas quatro designações de cor distintas: *branco*, *preto*, *pardo* e *caboclo*. E os escravos, brasileiros ou mesmo africanos, são identificados apenas como *pretos* ou *pardos*. Desta forma, de um total de 5946 cativos brasileiros presentes no censo, há um equilíbrio maior entre as duas categorias, com 58% de pretos e 42% de pardos.

Nos inventários pesquisados, dos 2270 escravos arrolados, conseguimos encontrar 1434 brasileiros (63%) com a designação *de cor* descrita. Destes, assim como na Lista Nominativa, a maioria é crioulo, apesar de terem aberto certo espaço para escravos descritos em outros termos. Os pardos perfazem 22,45% dos cativos.

É possível perceber, nos dados analisados, a grande equidade entre os sexos dos escravos brasileiros de Piranga. A freguesia de Guarapiranga, em 1831, possuía escravos nativos com uma razão de masculinidade de 102. Da mesma forma, os inventários demonstram que entre 1850 e 1888 existiam entre os cativos 106 homens para cada 100 mulheres. Excepcionalmente, o Censo de 1872 destoa ligeiramente deste padrão de igualdade, com uma taxa de masculinidade que resultou em 118.

Tendo em vista a Tabela 5, é possível observarmos os principais elementos que compõe a diversidade escrava da região, excluindo a idade, item que será trabalhado mais a frente. Brasileiros, africanos e escravos sem identificação de nacionalidade, homens e mulheres integram este mosaico humano de cerca de quarenta anos.

Um ponto que merece nossa atenção são os escravos de nacionalidade não identificada. Este é um problema que enfraquece nossa análise quantitativa. Tais escravos somam 338, cerca de 15% do total da amostra. A razão para esta falha é a falta de zelo na descrição, que geralmente apontava apenas o nome do escravo, sua idade e preço. Não

podemos fazer afirmações, mas acreditamos que se trate de um grupo composto primordialmente de cativos nascidos no Brasil.

	Brasileiros			Africanos		Sem Identificação		Total
	H	M	S. Id.	H	M	H	M	
1850-59	281	283	0	117	23	25	26	755
1860-69	267	262	0	82	23	30	32	696
1870-79	231	164	2	38	7	88	81	611
1880-88	67	69	10	3	3	31	25	208
Total	846	778	12	240	56	174	164	2270

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

A crítica do contingente escravo por períodos é importante e faz necessária para situarmos Piranga no contexto da crise da escravidão no Império. Pela análise da Tabela 5, algumas variáveis são facilmente identificáveis. Primeiramente, salientamos mais uma vez a brusca diminuição do elemento africano na composição do contingente. Enquanto que na década de 1850, logo após a proibição do tráfico, contamos com 140 escravos, encontramos apenas seis nos derradeiros anos do sistema.

Há uma progressiva diminuição do contingente escravo como um todo. Nos totais por período (Tabela 5), este padrão é claramente notado. Na verdade, a diminuição nas três primeiras décadas não é tão sensível, possivelmente demonstrando uma força produtiva na região capaz de manter os níveis de presença escrava ligeiramente estáveis. As décadas de 1850, 1860 e 1870 possuíam respectivamente 33,3%, 30,7% e 26,9% dos escravos da amostra. Por outro lado, registramos apenas 208 escravos na década de 1880, computando 9,1% do total. Sem dúvida, a Lei do Ventre Livre foi uma das principais responsáveis. Privando-o de se renovar, mesmo que precariamente, a partir da reprodução natural de seus escravos, o sistema vislumbrou seu fim num horizonte próximo.

Possibilidades de reprodução natural escrava

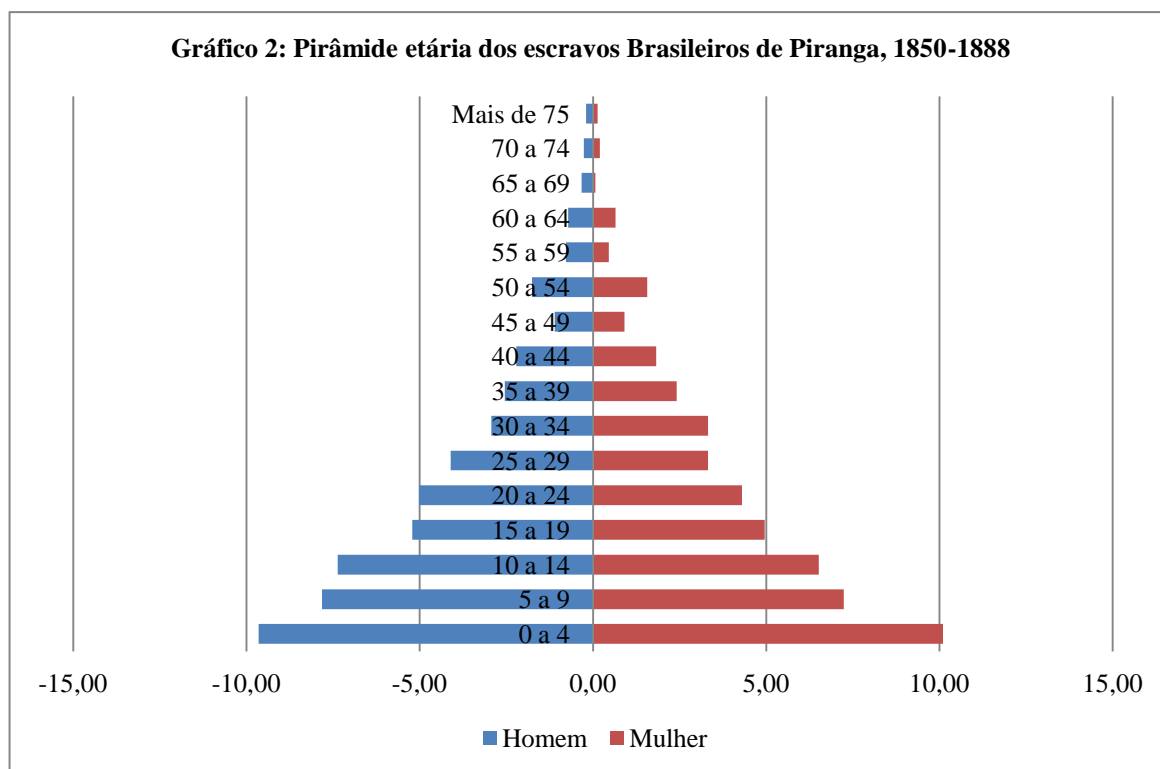
Entrando especificamente na questão da reprodução natural escrava, analisaremos alguns dados relativos à idade dos cativos de Piranga. Esta heterogênea população escrava piranguense, exposta acima, tinha também uma grande diversificação etária. Na Tabela 6 estão presentes todos os escravos com idade e sexo conhecidos, perfazendo 2051 dos 2270 escravos da região computados entre os anos de 1850 e 1888.

Separamos a idade em três grandes faixas para melhor visualizarmos a composição da escravaria. O principal dado desta tabela, que nos salta aos olhos ao observá-la, diz respeito à grande quantidade de crianças presentes nas escravarias piranguenses. Nada menos do que 37,25% dos escravos tinha no máximo quatorze anos de idade. Uma quantidade significativa de crianças, se observarmos que estão agregados os dados de escravos brasileiros, africanos e não identificados.⁴

Idade	Brasileiros		Africanos		Sem Identificação		Total	%
	H	M	H	M	H	M		
0 a 14	381	366	1	0	10	6	764	37,25
15 a 44	338	309	106	22	86	85	946	46,12
Mais de 44	79	61	111	27	40	23	341	16,63
Total	798	736	218	49	136	114	2051	100,00

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

No Gráfico 2, vemos a pirâmide etária dos escravos brasileiros encontrados nos inventários, sendo que a população enfocada está dividida em faixas etárias de cinco anos.

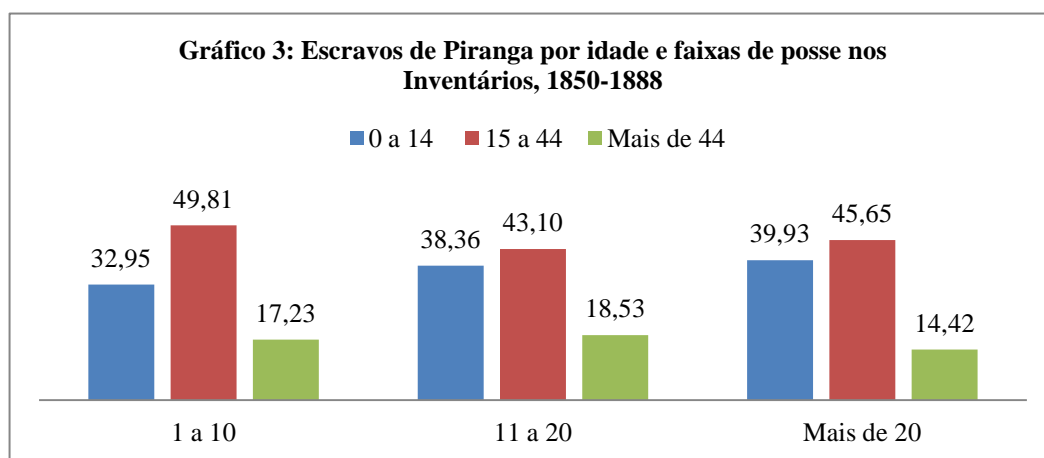


Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

⁴ Há que se fazer a ressalva de que estamos tratando dos dados agregados de um período de quatro décadas. O ideal é fazer uma análise por décadas, de forma a termos uma visão mais abrangente e pormenorizada do desenvolvimento etário desta população.

Acreditamos que os senhores tinham papel importante no crescimento vegetativo dos escravos, na medida em que consideravam a reprodução natural como estratégia de manutenção e crescimento de suas posses. Por outro lado, o tamanho das escravarias de cada senhor influía diretamente na reprodução natural. Em relação às faixas de posse de escravos dos senhores piranguenses, é possível perceber a clara relação entre tamanho da posse e reprodução natural.

Podemos visualizar estes aspectos no Gráfico 3, no qual está disposta a divisão dos escravos de Piranga entre grandes faixas de posse e grandes faixas etárias. Desta forma, o aspecto mais importante a ser salientado se refere às porcentagens de escravos de 0 a 14 anos em cada uma das três faixas de posse. Há um crescimento progressivo das crianças em relação às posses. De 32,95% de crianças nas propriedades com até dez escravos, temos cerca de 40% delas nas posses com mais de vinte. Este dado demonstra a relação lógica entre posse e reprodução: quanto mais escravos em uma propriedade, maiores as chances de haver crescimento vegetativo.



Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Por fim, o último elemento que oferece suporte a nossa argumentação advém do cálculo da razão criança-mulher a partir dos dados provenientes dos inventários.⁵ A Tabela 7 nos fornece duas variáveis deste cálculo, com crianças de 0 a 4 anos em relação às mulheres de 15 a 44 anos e com crianças de 0 a 9 anos em relação às mulheres de 15 a 49 anos. Utilizando todos os escravos com idade e sexo conhecidos, dividimos a análise pelas quatro décadas de estudo.

⁵ A razão criança/mulher é a relação entre o número de crianças de 0 a 4 ou 0 a 9 anos por 1000 mulheres em idade fértil, ou seja, de 15 a 44 ou 15 a 49 anos. A razão é expressa da seguinte forma: número de crianças dividido pelo número de mulheres multiplicado por mil. $RCM = (C/M) \times 1000$.

Tabela 7: Razão Criança-Mulher nos Inventários		
	0 a 4	0 a 9
1850-59	796,99	1368,06
1860-69	809,16	1328,47
1870-79	679,25	1140,35
1880-88	673,91	725,49
Total	757,21	1224,22

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Nas duas variáveis notamos uma presença expressiva de crianças em relação às escravas em idade fértil de Piranga. A década de 1850 se caracteriza como a de maior natalidade entre todos os períodos, com 1368 crianças para cada mil mulheres. Entretanto, percebemos a diminuição progressiva da quantidade de crianças no decorrer das décadas enfocadas, apesar de ainda serem dados contundentes em favor da hipótese de crescimento endógeno da população escrava. As características peculiares da escravidão brasileira na segunda metade do Oitocentos, momento no qual o sistema perde força a cada ano, pode explicar a diminuição da razão criança-mulher em Piranga, pois as concessões de alforrias aumentavam gradativamente e a partir da vigência da Lei do Ventre Livre as crianças nascidas de escravas deixaram de ser contadas nas escravarias.

Ainda existem muitas variáveis a serem analisadas para que possamos fazer afirmações concretas, mas estes poucos dados sobre composição etária nos indicam caminhos a trilhar, no sentido de melhor compreendermos as dinâmicas populacionais que proporcionaram diferentes graus de reprodução natural escrava.

Neste artigo, expusemos nossas tentativas de desvendar o mistério das categorias administrativas e traçar uma divisão regional mais condizente com os registros judiciais de uma região e período não trabalhados anteriormente pela historiografia. Reafirmamos a presença de uma economia dinâmica na província mineira, dando destaque à forte atuação da *agricultura mercantil de alimentos* na localidade. Mostramos, apoiados em fontes inéditas, o heterogêneo perfil populacional piranguense. Revelamos a diversidade de sua escravaria, composta por uma ampla variedade de homens e mulheres, africanos e brasileiros, pretos, pardos e crioulos; dispersos em uma “democrática” estrutura de posse. Aventamos, além do mais, a possibilidade da reprodução natural positiva desta população cativa. Enfim, esperamos ter dado contribuição ao debate historiográfico em relação à Minas Gerais oitocentista.

Bibliografia

- BARBOSA, Waldemar. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.
- CANO, Wilson & LUNA, Francisco. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese. In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10): 1-14, outubro de 1983.
- CARNEIRO, Patrício. *Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a formação regional da zona da mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694 – 1835)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- CARRARA, Angelo. *Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Série Estudos – 2. Núcleo de História Econômica e Demográfica. Departamento de História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 1999.
- CUNHA, Alexandre. & GODOY, Marcelo. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/abp/he2003.html>.
- Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.
- FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850). Tese (Concurso de professor titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, SP: [s. n.], 2009.
- GODOY, Marcelo. “No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira oitocentista”. In: BOTELHO, Tarcísio. [et al.]. *História quantitativa e serial no Brasil, um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

- _____. *História, Região & Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LEMOS, Gusthavo. *Família, propriedade e fortuna na freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Viçosa, 2009.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- _____. O tráfico negreiro internacional e a demografia escravas nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LUNA, Francisco & KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.
- MARTINS, Roberto. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), jan-abr, 1983.
- MENESES, José Newton. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Editora Maria Fumaça, 2000.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.
- PAIVA, Clotilde & LIBBY, Douglas. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago 1995.
- _____. & GODOY, Marcelo. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Disponível em: <http://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html>. Acessado em: 19/10/2011.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REIS, Eustáquio [et. al.]. Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio/REIS_EUSTAQUIO_JOSE_R_ET_AL.pdf.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, pp. 449-495, set.-dez. 1888.